

Rio 2016: um mundo (sempre) novo?

Nacionalismo, gênero e erotismo na abertura dos Jogos do Olímpicos do Brasil¹

Verônica Daminelli Fernandes

Resumo: O objetivo deste capítulo é analisar de que modo os imaginários tradicionais que associam o Brasil ao corpo feminino foram reafirmados na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, explicando de que modo tal ligação se deu historicamente. Dentro do contexto da economia criativa, aquilo que pretendemos evidenciar é como um momento que permitia uma construção indentitária inovadora acerca do país foi inviabilizada pelo retorno constante a determinado imaginário mitológico do Brasil. Da apresentação da terra verde brasileira, “pulmão do mundo”, ao desfile da modelo Gisele Bündchen, o que a abertura dos Jogos cristalizou mais uma vez foi a associação do país às suas mulheres para exportação, fazendo da geografia nacional um espaço selvagem, novo, não civilizado e pornotrópico para realização da inseminação e dos desejos dos países e dos homens do dito Centro Europeu.

Palavras-chave: Rio 2016, imaginários nacionalistas, pornotrópico, gênero feminino, Brasil.

Title: **Rio 2016: (always) a new world? Nationalism, gender and eroticism at the opening ceremony of the Olympic Games in Brazil**

Abstract: The objective of this chapter is to analyze how the traditional imaginaries that associate Brazil with the female body were reaffirmed at the opening of the Olympic Games in Rio de Janeiro, explaining how this connection took place historically. Within the context of the creative economy, what we want to show is a moment that allowed an innovative construction of the country was made impossible by the constant return to a certain mythological imaginary of Brazil. From the presentation of the Brazilian green earth, "lung of the world", to the catwalk of the model Gisele Bündchen, what the opening ceremony of the Games crystallized once

again was the association of the country with its women for export, making the national geography a wild, new, non-explored, non-civilized and porno-tropic space for the insemination and desires of the countries and men of the European Center.

Keywords: Rio 2016, nationalistic imaginary, porno-tropics, female gender, Brazil.

Como prometia o slogan escolhido para representar o “novo Brasil” através dos Jogos Olímpicos de 2016, a Olimpíada do Rio vinha para negar uma ideia de Brasil como país atrasado, submisso, selvagem (Brum, 2016). Sobretudo no campo econômico, se retornarmos a 2009, quando o Brasil foi escolhido como sede do maior evento esportivo do mundo, o país buscava, nas palavras do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, compensar a cidade do Rio de Janeiro que foi “perdendo muitas coisas ao longo da história: a capital, a coroa portuguesa, aparecendo na imprensa, nos jornais, apenas por causa da violência.”²

Ao afirmar que a Olimpíada é um pouco uma “retribuição ao povo sempre generoso, bom, merecedor” que é o povo brasileiro, Lula prometeu na época – ainda que com pouco mais de um ano de mandato restante pela frente – surpreender o planeta com um Brasil que tem “condições de governar”, mas ainda assim era um país que estava ali representado com “alma, com coração”. Numa Olimpíada que, para os outros, “seria apenas mais uma”, o governo Lula vendeu o Brasil não apenas como uma potência econômica emergente, mas como um país cujo diferencial ao se afirmar entre os grandes da economia estava na “na alma do povo brasileiro, no olhar, no calor, no gingado, na cor no sorriso imbatível do povo”.

Entretanto, se de 2009 para 2016 o Brasil passou a enfrentar uma das maiores crises política, econômica e institucional da sua história – o que para muitos impediria o país de apresentar na atualidade um imaginário coeso –, aquilo que a cerimônia de abertura evidenciou foi outra coisa: não apenas economicamente o Brasil chegava ao seu ano olímpico sem estar entre as cinco maiores potências mundiais, como a representação da sua imagem indentitária – ao contrário do que o slogan sugere – não

² BRUM, Eliane. *O Brasil chega à Olimpíada sem cara*. Todas as referências à fala de Lula foram retiradas do vídeo postado no YouTube (<https://www.youtube.com/watch?v=VkYolwdU37g>) e citados no artigo de Eliane Brum, em que ela analisa a cobertura da Globo e Globo News do dia 2 de outubro de 2009 – dia em que o Rio foi escolhido como sede dos Jogos de 2016.

apresentava nada de novo. O Brasil que contou a sua história no dia 5 de agosto no Maracanã na cerimônia de abertura continuou a se vender como país/terra virgem à espera da invasão estrangeira, sem problematizar a colonização e a inseminação do imigrante sobre sua geografia e mulheres.

Assim como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos do Rio foram sempre apresentados como a forma da sociedade brasileira em crise obter algum reconhecimento a nível global “sem eliminar por completo políticas e economias corruptas em colapso” que colocam de lado segurança, educação e empregabilidade (Jesus, 2014: 32). Mas, se os (e)feitos alcançados podem ser questionados em diversas áreas, ao menos uma coisa ficou clara já na cerimônia de dirigida por Fernando Meirelles (“Cidade de Deus”; 2002): o reforço do imaginário brasileiro colonialista e de dependência da inseminação de culturas ditas superiores na imagem que o Brasil pretende estabelecer consigo e com a comunidade internacional. Como Jesus disse anteriormente acerca de megaeventos desse tipo realizados por países em desenvolvimento, busca-se explorar características culturais e belezas naturais “em nível estratégico, em que tais países proclamam o status de ‘marginalizados’ e ‘excluídos’ na ordem internacional, de modo que esses eventos sejam visto mais do que mera competições esportivas” (Jesus, 2014: 20).

Nesse sentido, o que a cerimônia de abertura mostrou foi um diálogo contínuo com os estereótipos sempre presentes não apenas entre 2009-2016, mas desde o movimento nacionalista romântico indianista que define o ser-brasileiro e o Brasil através do olhar estrangeiro. Teoricamente banal e óbvia nos minutos primeiros minutos, a construção inicial imagética espetacularizada do Rio visto de cima (e de longe), com a distância segura que convida e protege o observador estrangeiro ao Brasil-exótico-Outro, já indicava ao som de “Aquele abraço”: “o Rio de Janeiro (o Brasil) continua sendo” lindo e atemporal na sua natureza, na fauna e flora e na sua gambiarra. Incrivelmente, o “Rio de Janeiro que continua sendo” foi elogiado por quase toda a imprensa nacional, comovida com o Brasil que ressurgiria das cinzas econômicas e institucionais através de uma festa de imaginário tradicionalíssimo que em nada foi preparado na UTI. Cidade/país da terra virgem, mas igualmente do bom selvagem, o Rio iniciava a sua cerimônia de abertura com o imaginário cultural inconscientemente partilhado de um povo aberto não só ao abraço do título da música

de Gilberto Gil, mas à chegada do estrangeiro (e das delegações internacionais) que vem legitimando historicamente a existência do Brasil.

O slogan dos Jogos do Rio que busca, como a frase modernista de Oswald de Andrade (“*Tupi, or not tupi*”), traduzir uma (a)versão antropofágica a tudo que é estrangeiro no desejo de valorizar o que é nacional, sem nunca, entretanto, se afastar da sua sintaxe ou influência, parece ter recaído novamente naquilo do que o Brasil tenta fugir: a imagem de um país não civilizado, selvagem, com um povo de característica acolhedor, aberto, receptivo, fruto de um romantismo cruel que redes televisivas como a NBC norte-americana não se cansaram de explorar.

Nacionalismo e hierarquia de gênero

Sobre o “Bildungsroman” – termo apropriado do alemão para definir o “romance de formação” e “desenvolvimento” de um país –, a relevância explícita de caráter histórico, cultural e socioliterário das personagens masculinas tem sido uma questão levantada por diversas pensadoras feministas quando afirmam que o “*bildungsroman is a male affair*” (Pinto, 1990: 12-13). Isso porque, se vários fatores são importantes para entender a interpelação dos sujeitos, é o gênero que tem uma importância central na construção dos imaginários pátrios que definem o “Eu” e o “Outro”, o “mesmo” e a “diferença”.

Embora sejam socialmente mencionados pelos discursos nacionalistas como parceiros iguais no sustento da Nação, os gêneros não ocupam as mesmas posições nas crenças nacionais, sendo experienciados por homens e mulheres de formas hierarquizadas (Nagel, 2003: 159). Na tradição dos nacionalismos ocidentais, a História vem sendo construída pelos homens, para os homens e sobre os homens, deixando ao feminino os papéis secundários e subalternos como os de esposa, mãe de família e da Nação (Beauvoir, 2000; Nagel, 2003).

Nira Yuval-Davis enfatiza também que a fundação para a senso de ordem comum dividiu a sociedade no domínio público e privado, em que a exclusão das mulheres do espaço público justificava-se pela dita incapacidade feminina em ser racional (2008: 2). Tal divisão social, entretanto, de forma alguma excluiu as mulheres da sua participação na arena social. Elas não apenas sempre estiveram lá, mas estiveram como corpos a serem definidos pelos projetos nacionais para

reproduzir a identidade do país, afetando a subjetividade dos homens, mas principalmente as suas próprias enquanto mulheres.

Enquanto a história do contrato social é tratada como a criação da esfera pública a partir do momento em que os sujeitos abrem mão da sua liberdade em troca da proteção do Estado, a esfera privada quase nunca é vista como politicamente relevante (Pateman, 2009: 3). A divisão é derivada do conceito patriarcal fundado na diferença sexual que, na história do Ocidente, “pelas condições naturais”, definiu os homens como racionais e as mulheres como subalternas ao poder masculino pela estrutura do casamento (Pateman, 2009: 6). O antagonismo privado/público seria, então, uma outra expressão para natural/civil e mulher/homem, em que a esfera privada é colocada como necessária, mas tratada como irrelevante dentro da história pública (Pateman, 2009: 11).

Se, na esfera pública, todos devem estar abaixo do Rei ou do Estado, na esfera privada da vida, o argumento da tradição patriarcal defende a naturalidade da família como instituição e, conseqüentemente, o poder do pai/homem sobre os outros membros como uma consequência natural. As noções de gênero que se criavam e se experimentavam passaram a iniciar uma tradição inseparável do discurso nacional e seus imaginários, em que o feminino deveria ter um papel biológico de gerar novos seres, mas também de ser suporte ao masculino, repassando os valores culturais (Yuval-Davis, 2008: 4).

Dentro dessa perspectiva, o mito da terra virgem brasileira e da própria mulher nativa do Brasil vão aparecer historicamente na tradição que simbolicamente vai definir o “feminino brasileiro” *“excluded from the direct action as national citizens, (...) subsumed symbolically into the national body politic as its boundary and metaphoric limit”* (McClintock, 1995: 354), universalizando a sua subordinação social e a sua clausura na esfera fora da história. Conforme Beauvoir, Kristeva e McClintock já disseram antes, cabe lembrar que as mulheres serão representadas como corpo inerte, fixo e cíclico da tradição nacional generificada, enquanto os homens, por contraste, vão incorporar a representação do progresso, da modernidade ou o princípio revolucionário de descontinuidade. Foi o caso da cerimônia de abertura. Ainda que a vontade fosse representar uma economia emergente, em crescimento, e daí a aparição do 14 bis decolando no Maracanã, mostrando o brasileiro capaz de agregar algo para o mundo, o que parece ter prevalecido em vários

momentos do espetáculo foram as representações dos resultados dos microrganismos naturais que geraram a terra brasileira em que o Brasil, de acordo com a concepção dos criadores do espetáculo, continua em pleno 2016 como o “maior jardim e o maior pulmão do mundo”. Não à toa, na tentativa de criar uma cerimônia ecologicamente correta, houve/optou-se pela (1) projeção da Pindoram, a floresta indígena brasileira de terra pura, onde não há espaço para a maldade; (2) pela representação do símbolo da paz através dos galhos e folhas de árvores; (3) pela demonstração da incapacidade do Brasil para fazer a transição de um país agrícola para um país de urbanização controlada. Ao contrário, o que se mostrou foi o caos ingovernável do Rio que surge com as grandes migrações para as cidades, refletindo uma cidade que é incapaz de oferecer aos seus habitantes a escalada de mobilidade social. Daí seus habitantes continuarem vivendo em favelas, não tendo educação e continuando os selvagens que (não vivem nos, mas) pulam e saltam de prédio em prédio, como Deborah Colker encenou tão bem no Maracanã.

Geografia e gênero feminino no Brasil pornotrópico

Yuval-Davis fala que as formas de opressão não podem ser separadas, ao lembrar que as mulheres dos países periféricos sofrem com um discurso nacionalista duplamente reforçado, tendo colonizadas as suas subjetividades em dois níveis (Yuval-Davis, 2008: 8; Spivak, 2010). Se o gênero feminino ocupa lugar subalterno no discurso de representação da Nação, as mulheres dos países periféricos são aquelas que têm constantemente de renegociar não apenas a sua hierarquia na escala social, como também estruturar a sua relação com o discurso imperial, tendo, assim, de mediar o seu desejo dentro do discurso patriarcal e dentro da lógica imperialista. Nagel lembra que os espaços geográficos são sempre marcados por zonas sexuais. Se existem “red light districts for prostitution, “gay districts” for homosexuals, singles bars, adult entertainment, zones for families”, o mesmo se pode dizer sobre o espaço global (Nagel, 2003: 47). Áreas etnicamente segregadas e fronteiras étnico-sexuais também são estabelecidas pela relação centro-periferia cujas barreiras sexuais moldam a cultura, a literatura, os imaginários e também a geografia (Nagel, 2003: 47, 48).

No caso do Brasil, o corpo das mulheres é construído como limite, fronteira do cosmos e do mundo conhecido. McClintock fala da tradição do centro-europeu em erotizar libidinosamente as mulheres estrangeiras como exóticas, símbolos de terras menos desenvolvidas e com necessidade de serem inseminadas por civilizações superiores, justificando a violência e entendendo o gênero como fundamental para manter a segurança da lógica imperial (McClintock, 1995: 3; 22). O Brasil, assim, vai ocupar o papel de nações periféricas e excêntricas cujas mitologias serão fundadas a partir de um discurso do colonizador estrangeiro, em que as mulheres serão representadas como *playground* de diversão sexual para as culturas mais “desenvolvidas”. As brasileiras serão representações daquilo que se define como *porno-tropics*, termo criado por McClintock para designar o espaço geográfico periférico em que o desejo sexual masculino estrangeiro pode desenvolver seus imaginários eróticos. Nesses espaços, as mulheres sempre estarão figurando excessos, disponibilidade, ou aberrações sexuais de paixão e de amor, quase sempre à espera dos homens. Aqui, “o feminino” não apenas será comparado à terra estrangeira, bárbara e inferior para o colonizador ou país central, mas será também o corpo em que os mitos e imaginários nacionais vão se fundar, colocando as mulheres como categorias da natureza a serem dominadas, conquistadas, preenchidas (McClintock, 1995: 24). As cartas, os mapas, as descrições, tudo isso serão formas de descrever e erotizar a nova terra vazia e desconhecida, mas também maneiras de transformar as mulheres no território virgem a ser explorado a partir do discurso das ficções imaginárias. É o homem (e o discurso moderno) aquele capaz não apenas de se apropriar, conquistar e definir a terra do Outro, como também inscrever a mulher estrangeira na tradição filosófica do *matrix* da cultura em que o logos do poder dos discursos nacionalistas vai preceder a emergência do humano (Irigary, 1997: 102; Butler, 1993: 7).

No caso brasileiro, a hierarquia de gêneros e os discursos nacionalistas colocaram não apenas as relações de gênero como centrais na definição da identidade do país, como passaram a incluir a definição geográfica como uma outra articulação que afeta a cultura. As mulheres, mais uma vez, estão no centro do nacionalismo porque devem reproduzir os valores de seus países não apenas enquanto o Outro feminino, mas enquanto o Outro geográfico inferiorizado que deve repassar a ideia de disponibilidade para o Centro. A mulher brasileira, assim, é o mito feminino e

nacional brasileiro que se coloca como invenção narrativa construída de fora para dentro e que dá a ideia de não-pertença. Ela é o mundo sempre novo que precisa do olhar do Outro para ser definida. Mais do que isso, é mito de fundação que oferece a solução de conflitos ao reconhecer nos inimigos aliados. No futuro ideal que as ficções passavam a projetar e legitimar, o amor pelo estrangeiro invasor foi a chave que serviu para consolidar não apenas o projeto político público da Nação e da sua consolidação nacional, mas foi o criador do erotismo heterossexual desenvolvido a partir da ligação com o inimigo (Sommer, 2004: capítulo 1).

O amor da mulher local pelo homem do Centro ajuda a resolver o problema da legitimação. Ao conquistarem o coração delas, eles conquistavam o corpo do outro país (continente e mulher) com uma retórica que, muito longe de ser corrosiva, coordenou o sentido e a sensibilidade, a produtividade e a paixão (Sommer, 2004: capítulo 1). Ao amarem o “colonizador”, aceitam livremente, sem contestação, a retórica da naturalidade amorosa e incorporam as ficções ditas órfãs (mas pragmáticas) que fundariam países periféricos pela interpelação do feminino e do seu desejo erótico. Nesse sentido, colocar a sexualidade da diferença periférica e feminina no centro da mitologia consegue projetar os sonhos de prazeres proibidos e medos no “Outro”, deixando o “Eu” sempre na “normalidade civilizatória que justifica as relações de poder homem-mulher, *masters-slaves*, colonizadores-colonizados, centro-periferia” (Yuval-Davis, 2008: 51).

No caso do Brasil, o mito de fundação nacional vai se basear no romance indianista que pretende pensar a invenção do país. Influenciada pelo mito do bom selvagem de Rousseau, a tradição brasileira busca não apenas celebrar a pureza e a inocência naturais do país, terra vazia a ser apropriada pelo colonizador, mas principalmente o exotismo das suas mulheres nativas na visão e no desejo do homem branco europeu (Cereja & Magalhães, 1997: 159). A formação do nacionalismo brasileiro, nesse sentido, parece ser inseparável das mitologias acerca do corpo objetificado e erotizado das mulheres locais que, na representação nacionalista, terão a sua caricatura máxima na criação literária da índia Iracema de José de Alencar. País virgem, primitivo, novo (características sempre associadas às mulheres), o imaginário do Brasil enquanto nação vai estereotipar simbolicamente o corpo das nativas, definindo-as como metáforas da nova terra a ser “inseminada” pelos valores patriarcais e coloniais. Ainda que a mulher nativa brasileira represente um imaginário

nacional capaz de pensar o Brasil pela valorização da tradição indígena, ela é também mito fundacional que não se encontra na visão interna do país, mas surge na ligação definida pelo olhar estrangeiro (Cereja & Magalhães, 1997: 159). Se o índio é o passado nacional e símbolo da nacionalidade, representação da verdadeira e cordial natureza brasileira, as índias são a representação mitológica da virgem e terra locais, receptiva e aberta, na espera passiva pela civilização trazida pelo colonizador a princípio europeu.

Nacionalismo e erotismo: o cruzamento entre Polis e Eros e as mulheres brasileiras

Sobre amor romântico e patriotismo, ambos foram produzidos conjuntamente pelos próprios romances que parecem apenas representá-los, prosperando como uma ligação política/erótica que seria explicação para a realidade de um país (Sommer, 2004: 49). Foi o romance moderno, junto com as constituições e códigos civis, que ajudou a cristalizar os costumes e o imaginário das nações e do patriotismo erotizado que, no caso do Brasil, vai se dar pela interpelação do feminino e da normalização da heterossexualidade (Sommer, 2004: 50).

Para Judith Butler, são narrativas como esta que dão a uma geografia e a um sexo, principalmente ao feminino, o seu caráter de natural, reiterando as normas do Estado e produzindo, pela assimilação do nacionalismo (e do patriotismo), a identidade do sujeito e as relações inteligíveis que produzem os corpos e a forma como estes devem se portar (Butler, 2003: 9). Ao produzir uma identidade essencial das mulheres, ou seja, ao definir os lugares admissíveis, políticos e estáveis em que elas podem organizar a sua subjetividade, o discurso nacional estabilizou os locais simbólicos das mulheres na nação e definiu as experiências que estão associadas ao “feminino” (Spivak, 2010: 88). Sem colocar em questão o poder patriarcal nacional e o seu sistema de representação que institucionaliza os gêneros, as representações fundacionais femininas não apenas continuam neutralizando a subjetividade das mulheres, mas criando um ideal normativo pelo qual o corpo é treinado, cultivado e investido (Butler, 1993: 33), para se tornar depósito das esperanças masculinas, das suas aspirações e privilégios (McClintock, 1995: 385).

Vê-se isso claramente em um dos momentos mais admirados da cerimônia, quando a modelo brasileira internacionalmente conhecida Gisele Bündchen desfila

pelo Maracanã ao som da música de Tom Jobim “Garota de Ipanema”, esta sobre uma garota do Rio, uma “*coisa (grifo meu)* mais linda, que vem e passa”. Se a letra dos anos 1960, segunda canção mais conhecida do mundo atrás de “Yesterday”, dos Beatles, repete a pergunta masculina “Ah: por que estou tão sozinho?”, Gisele tem a resposta na sua exposição como mulher “Made in Brasil” (tatuagem que outra modelo brasileira internacional Mariana Weickert ostenta na altura do cóccix provavelmente sem saber que a expressão era uma espécie de selo anteriormente utilizado para identificar os sacos de café, as embalagens de cachaças e todos produtos para serem produzidos para exportação pelo país), mulher para exportação, disponível e com curvas sensuais. Não à toa, foram as formas do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer reproduzidas no estádio que acompanham o desfilar de Gisele, vendendo aqui duas imagens ao mesmo tempo.

Se, para o público brasileiro, Gisele se tornou o ideal de mulher vencedora no exterior por causa da sua beleza branca, magreza e gingado estilo exportação; para o resto do mundo Gisele se tornou milionária por representar a forma como a mulher brasileira deve ser vista, sempre dentro da tradição da mulher-corpo, mulher-consumível, desfilando na passarela em que os homens podem ver, escolher e desejar eroticamente. Como Carol Conka, a funkeira que surge na cerimônia com o objetivo de dar visibilidade às mulheres negras excluídas da sociedade brasileira, que o locutor do SporTV vai tratar logo de justificar a aparição com um “*Carol apareceu na revista Rolling Stones como uma nova artista a ser conhecida*”, colocando a mulher brasileira de acordo com a aceitação que recebe pelas comunidades estrangeiras. Gisele, por sua vez, ainda tem destaque em mais dois momentos durante a cerimônia de abertura, ambas durante a apresentação musical de Jorge Ben Jor. A modelo é filmada cantando “País Tropical”, juntando a sua imagem de mulher brasileira à letra sobre o país “abençoado por Deus, bonito por natureza”. Dessa maneira, vê-se claramente que a “perversão” não estaria apenas na modelação do tipo de mulher que o Brasil deve disponibilizar para a exportação, mas sobretudo naquilo que podemos chamar de um discurso por esse desejo do outro, discurso esse óbvio e público, que imaginários literários sobre o desejo de ser reconhecida pelo colonizador branco é justificado pelo “amor” da mulher-nativa-local. É esse desejo erótico dito livre e subjetivo que busca o amor heterossexual do estrangeiro do Centro econômico que

sustenta os modelos únicos de sexualidade, família, Nação e produção econômica do Brasil que o Rio apresenta.

Indo além de Foucault, para quem todos os estímulos do Estado são repressores ou indiretos, Sommer busca mostrar o quanto é difícil para as mulheres resistirem aos estímulos sedutores que tal imaginário alimenta. Para Anderson, tal característica se deve ao fato de o nacionalismo não estar alinhado ao abstrato, caso do liberalismo ou marxismo, mas marcado por ideologias místicas, metafísicas e imaginárias compartilhadas e presentes em cada parte do território demarcado de uma comunidade nacional (Sommer, 2004: 55; Anderson, 2006: 16; 26). Como explica Sommer, o objetivo é vencer no amor e na política, construindo discursos pessoais e públicos, um sobre o outro, num círculo sem fim. Não seria o amor que causa o desejo, mas o desejo que gera o amor, seja este pelo o outro heterossexual ou pela pátria (Sommer, 2004: 64-65). Um romance pode significar não apenas uma história, história sobre um país e uma cidade, como também o desenvolvimento da ligação amorosa, sendo difícil separar política ética de paixão erótica, nacionalismo e sensibilidade íntima, bem-público e desejo privado (Sommer, 2004: 42; Giddens, 2001: 29).

Se a sexualidade não é uma realidade objetiva, mas resultado de pressões e movimentos históricos construídos que incitam ao surgimento de condutas e crenças, ela, no entanto, não seria a única a ser disciplinada. Se o amor moderno nunca foi regulado pelo modelo disciplinar da “transgressão/condenação”, “obediência/aprovação/premiação”, ele, entretanto, esteve sempre sujeito à problematização. Isso porque problematiza-se aquilo que teoricamente é-se livre para fazer, mas que está sempre em diálogo com o que se define como uma vida mais justa e feliz (Costa, 1998: capítulo 1), entendendo felicidade como adequação às ordens, normas e discursos sociais. O amor, assim, não está em confronto com a civilização, mas, ao contrário, foi a forma que a razão encontrou de dominar inclusivamente o lado estético e sensível da civilização ocidental. Provavelmente seria impossível uma melhor metáfora do que a da abertura: o Rio é o cidade-sede que oferece a cada atleta de todas as partes do mundo uma pequena muda de planta para ser semeada em pequenos vasinhos de terra brasileira geradora do futuro (ambiental) do país. Ainda que passada como mensagem ecológica para todo o planeta, é na terra Brasil, pulmão ecológico do mundo, que “as flores vão romper o asfalto”, ou seja, que a ideia de um

Brasil natureza e selvagem prevalece contra o da civilização – como evidencia o poema de Carlos Drummond de Andrade³ narrado em português e inglês por Fernanda Montenegro e Judi Dench respectivamente.

Amor e Nação trabalham, dessa maneira, para produzir as ligações apropriadas, educando e treinando desejos, paixões e imaginários capazes de gerar narrativas pessoais que caminhem ou mesmo construam as narrativas políticas, em que o pessoal revele a prioridade do político, da Nação, ambos definidos muito longe do que os ideais românticos do amor gostam de mostrar. Como diz Denis de Rougemont, ao tomá-lo como instinto, toda a literatura do século XIX iniciou a propagação de um hino da libertação amorosa (Rougemont, 1999: 217), um conceito operativo que invadiu os domínios da política, da luta de classe, do nacionalismo, da eugenia (Houellebecq, 2009: 91), tudo muito além da liberdade individual e do desejo humano ou de uma limitação voluntariamente assumida (Rougemont, 1999: 217; 257; 261). Transformado em psicologia pelo êxito literário, ele se insere na própria consciência do sujeito de forma a recriar o convencional, embora ainda hoje se dê à paixão e ao amor o nome de fatalidade. Ou, melhor dizendo, uma espécie de conclusão anti-burguesa que finge negar os valores modernos, embora viva justamente graças a ele (Rougemont, 1999: 211, 212).

Nesse sentido, faltou ainda à cerimônia de abertura problematizar a formação miscigenada do Brasil. Embora as culturas japonesas, sírias e libanesas tenham obtido destaque como responsáveis por levar a produção industrial para o interior do país, em nenhum momento problematizou-se a mistura do colonizador semi-periférico português, do índio e do negro. Em nenhum momento, o encontro das três raças é apresentado de forma a promover um debate sobre a violência que os portugueses

³ *“Uma flor nasceu na rua!*

Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.

Uma flor ainda desbotada

ilude a polícia, rompe o asfalto.

Façam completo silêncio, paralitem os negócios,

garanto que uma flor nasceu.

Sua cor não se percebe.

Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.

É feia. Mas é realmente uma flor.

Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde

e lentamente passo a mão nessa forma insegura.

Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.

Pequenos pontos brancos movem-se no mar, galinhas em pânico.

É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.”

concretizaram primeiramente no encontro com a população indígena e mais tarde com a raça negra. Se o genocídio de comunidades e culturas indígenas jamais é mencionado (ao contrário da cerimônia de Sidney em que, ao menos no espaço da cultura televisiva e esportiva, se pede perdão ao povo aborígine pelo seu massacre), a história da imigração forçada dos negros também nunca é representada de uma forma problematizada. Fala-se da dança/luta/cultura da capoeira, louva-se a música dos (intérpretes, compositores e cantores) negros (Elza Soares, Zeca Pagodinho, Jorge Ben Jor, Karol Conka, McSofia, Ludmila, Gilberto Gil, entre outros) sem nunca mencionar que o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão e que o Rio-olímpico outrora alcançara o posto de maior porto de entrada para negros-escravos do planeta, tendo recebido em torno de 500 mil a 1 milhão de pessoas ao longo do período escravocrata brasileiro. Neste caso, embora não nos aprofundemos aqui, pensar a relação dos portugueses com o povo indígena e africano é pensar o Brasil e suas mulheres para além do corpo feminino. É pensar sobre sexo, mas também considerar classe, raça e trabalho e de que forma o subalterno nas representações culturais nacionalistas nunca tem o seu desejo e amor questionados. Assim como na cerimônia de abertura, essa mistura de culturas e o silenciamento de representação partem do princípio da visão imperialista dos países periféricos como algo que é fixo e natural. Daí no imaginário acerca sobre o Rio, na tradição pornotrópica, a terra ser mapeada, construída e definida em paralelo ao conhecimento erótico generificado. A periferia geográfica é feminilizada e disponível para a exploração masculina e a inseminação da civilização, referência direta do “feminino” à terra virgem como patrimônio analisado a partir de um conhecimento científico que reproduziria a terra e a mulher a partir da ciência que dá o direito ao poder masculino e imperial de controlar o espaço geográfico e a representação na mulher (McClintock, 1995: 28).

Conforme Lacan (1975) veio mostrar muito tempo depois, Freud já havia tocado na ferida ao evidenciar na psicanálise não como homens e mulheres vieram viver a sua vida sexual de formas diferentes, mas ao analisar de que forma eles se tornam seres humanos (“*being human*”) justamente por se enquadrarem nos ideais comportamentais daquilo que é definido como “ser-homem” e “ser- mulher”. Lacan, dessa forma, toma consciência do humanismo e do Outro simbólico criado ao redor do patriarcado, questionando a crença no discurso que faz o homem ser o centro da sua própria história e de si próprio (Lacan, 1975: 4). No Freud que Lacan usa, nem o

inconsciente e nem a sexualidade podem ser entendidas como fatos pré-dados. Trata-se, então, de conceber os sujeitos não como seres anteriores e distinguíveis do ato de preencher o papel ou gênero sexual, mas de conceber o sujeito, seguindo pensamento de Butler como efeito/resultado da produção discursiva de gênero (Butler, 1993: 7).

Considerações finais

A cerimônia de abertura mostrou o imaginário internacional exótico sobre o Brasil, imaginário que “reprise a imagem de povo pacífico que resolve tudo na base da “cordialidade”, na base do “coração” (Schwarcz, 2016). Na literatura, ainda que coração seja um órgão que também aguente os chamados maus sentimentos, ele está associado não apenas ao bem, mas tradicionalmente às características do gênero feminino. Nesse sentido, se o Brasil que realiza os Jogos não é política e economicamente o mesmo país da Era Lula, o mundo novo que o Rio parece mostrar é, na verdade, mais de um “Brasil novo” não porque diferente, mas porque apresenta o país outra vez como terra nova, selvagem e desvirginada pelos estrangeiro colonizador.

Obviamente, pode-se falar de uma encenação que ignorou o genocídio das populações índias e a violência contra a população negra ao mostrar a história de forma evolutiva. Pode-se criticar ainda a despolitização de um cerimônia, que ao contrario de Sidney 2000, esqueceu de lembrar que o Brasil foi o último país a acabar com a escravidão e recebeu 40% da mão de obra do continente africano. Mas o que esteve sempre na apresentação de abertura foi a terra grande Brasil. Embora cantada pelo hino intimista na voz de Paulinho da Viola, a cerimônia foi protocolar já na letra principal com a imagem do Brasil gigante, exótico, feliz, verde, cordial pela própria natureza (Schwarcz, 2016).

Na verdade, se os brasileiros – há pelo menos um século – insistem em “ser filhos de si mesmos” e fazem questão de muitas vezes negar a sua paternidade lusófona em busca de uma “*indianidade*” nacional romântica, isso não significa dizer que o imaginário do mito nacional brasileiro pensado pelos portugueses tenha deixado em algum momento de existir. Querendo negar a herança simbólica, o Rio da abertura representou a sua própria versão das origens, o seu “*romance familiar*” fundador, embora cristalizando no imaginário nacional o olhar colonial. Na ênfase que as representações brasileiras fazem de si próprias, estão lá as caracterizações do país

enquanto geografia continental, continente vazio, bem como a moral econômica do nacionalismo genderificado, sexualizado e racista definidores da moral nacional e da integridade sexual.

De fato, a tradição romântica brasileira que busca a unicidade natural dá início a um tempo sem passado, mas que, ao mesmo tempo, reafirma o país e a as suas mulheres como colônia *pornotrópica* do colonizador, em que o sonhar e o pensar brasileiro se tornam desproblematizados pela sua artificial aparência de natural, como se estivesse fora da ordem dos discursos. A cerimônia de abertura dos Jogos do Rio, dessa maneira, ilustra o percurso da visão romântica acerca do Brasil e evidencia o cruzamento histórico e ficcional que se apropria do gênero feminino e dramatiza metaforicamente a visão de mundo européia sobre as experiências particulares, nacionais e sexuais das mulheres nativas brasileiras.

Referências bibliográficas e outras fontes de consulta:

- ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities*. Nova York: Verso, 2006.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRUM, Eliane. O Brasil chega à Olimpíada sem cara. *El País*, 3 ago. 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/01/opinion/1470057923_856909.html. Acesso em: 15 mar. 2017.
- BUTLER, Judith. *Bodies that matter. On the discursive limits of "Sex"*. Nova York: Routledge, 1993.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- GIDDENS, Anthony. *Transformações da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas Sociedades Modernas*. Lisboa: Celta, 2001.
- HOUELLEBECQ, Michel. *Estensione del domínio dela lotta*. Milão: Tascabili Bompiani, 2009.
- IRIGARY, Luce. *This sex with is not one*. Nova York: Cornell University, 1985.
- JESUS, Diego Santos Vieira de. Juntos num só ritmo? *Diplomacia e Esporte Internacional*. *Recorde: Revista de História do Esporte*, v. 7, n. 2, p.137, julho-dezembro de 2014.
- LACAN, Jacques. *On feminine sexuality, the limits of love and knowledge, 1972-1973*. Nova York: Norton & Company, 1975.
- Rio de Janeiro, a marca de uma cidade criativa? 155
- MCCLINTOCK, Anne. *Imperial Leather. Race, Gender and Sexuality in the colonial contest*. Nova York: Routledge, 1995.
- NAGEL, Joane. *Race, Ethnicity, and Sexuality. Intimate Intersections, Forbidden*

- Frontiers. Nova York: Oxford University Press, 2003.
- PATEMAN, Carole. The sexual contract. Stanford: Stanford Press, 2009.
- _____. Patriarchal Confusions. In: _____. The sexual contract. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- PINTO, Cristina Ferreira. Introdução. In: _____. O Bildungroman feminino: quatro exemplos brasileiros. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- RIO 2016. Disponível em: <https://www.rio2016.com>.
- RIO 2016. Lula, comemoração da vitória. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VkYolwdU37g>.
- SOLER, Colette. O que Lacan dizia das mulheres. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- SOMMER, Doris. O amor e o país: uma especulação alegórica. In: _____. Ficções de fundação: os romances de fundação na América Latina. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- SPIVAK, Gayatri C. Nationalism and the imagination. Londres: Seagull Books, 2010a.
- _____. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFMG, 2010b.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O som do silêncio: uma nota sobre a abertura dos Jogos Olímpicos de 2016. Nexo, 15 ago. 2016; atual. 27 set. 2016. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2016/O-som-do-silencio-uma-nota-sobre-aabertura-dos-Jogos-Ol%C3%ADmpicos-de-2016>. Acesso em: 15 mar. 2017.
- YUVAL-DAVIS, Nira. Gender & Nation. Los Angeles: SAGE Publications, 2008.
- ZIZEK, Slavoj. How to read Lacan. Nova York: W.W. Norton & Company, 2007.